

A escravidão na zona da mata: um olhar sobre as fontes cartorárias da freguesia de Santa Rita no século XIX.

SIRLEIDE DANTAS LOPES¹

A história escrita da escravidão assume diversas perspectivas dentre as muitas escolhas teóricas e metodológicas. O registro desse sistema de mão-de-obra é existente nos diversos períodos, de desenvolvimento econômico do Brasil, no entanto nos últimos anos as pesquisas de cunho histórico passaram a evidenciar os escravizados como sujeitos sociais e políticos. Dando destaque não só a uma história feita de sofrimento, que via o escravizado o tempo todo como vítima e com consternação, destacando principalmente os castigos físicos e o trabalho pesado.

Trata-se, portanto, de novos enfoques para pesquisar o tema da escravidão, procurando caminhos para registrar o cotidiano e experiências da vida cativa. Para tanto, foi necessário, então, a busca de novas fontes e de uma nova concepção na abordagem da análise da relação senhor e escravo. Realizando pesquisas fundadas em documentação primária, e iluminando dimensões importantes do universo das relações escravistas, entre esses documentos podem ser citados os livros de notas, inventários, testamentos, diários, jornais e os processos-crimes, que conseguem preencher lacunas e criar problemas na elaboração e reconstrução da vida desses cativos.

Durante o século XIX, a “escrita” era baseada em documentos oficiais, como forma de verdade (BURKE, 1992, p.13). Mais recentemente, na perspectiva da história social, possibilita a problematização de questões que permitem a utilização da documentação oficial para se construir uma história vista de baixo que até então era utilizada para a história das elites ou de grupos sociais hegemônicos, excluindo a classe menos favorecida na hierarquia social como os escravizados, mulheres, indígenas. Estes, comum, eram ter as suas participações nas tramas históricas minimizadas ou serem colocados como submissos ou, muitas vezes, serem eliminados dos contextos históricos. Com a mudança de perspectiva, numa *história vista de baixo*, com novas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB

questões sobre o passado, abrem-se possibilidades de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais (SHARPE, 1992, p.54). Além disso, essa idéia pode ser empregada adequadamente, para explorar ações e idéias explícitas ou suposições implícitas, e também para propiciar uma base quantitativa às experiências do passado (SHARPE, 1992, p. 48), fazendo emergir do passado valores, táticas e planos de grupos subalternizados.

Nessa perspectiva teórica, foi inaugurado no final da década de 1980, vertentes históricas, como a história social inglesa, que se esforçam em reconstituir as formas de lutas de mulheres e homens das camadas populares. No Brasil, essa corrente possibilitou os avanços das pesquisas sobre os escravizados. Estes ganharam centralidade, tiveram sua historicidade e suas experiências recuperadas. Temas diversos passaram a ser abordados e novas metodologias de pesquisa foram/são utilizadas nas investigações, entre elas a demografia social e a micro-história entre outras (ROCHA, 2007, p.37).

Dentro dessa perspectiva tem se ampliado cada vez mais a utilização de fontes como os livros de notas cartoriais, ampliando os métodos de compreensão, revendo e formulando novos problemas e a explicação histórica. (MATTOS,1997, p.54)

As fontes cartorárias são do interesse dos pesquisadores para a investigação histórica devido ao fato de propiciarem a localização espacial, as datas e possuindo um grande conteúdo informativo. Os livros de notas cartoriais, nos seus registros, permitem ainda a construção de séries diversas das seguintes variáveis como os registros de: escrituras de compra e venda de terras, dote de perfilhação; escrituras de compra, hipotecação de casas e de escravos, arrematação e entrega de escravos; lançamento de carta de alforria e de procurações diversas. E ainda toda uma trama de relações diversas, implícitas ou explícitas, que o historiador acabará por descobrir nas entrelinhas prenes de outros sentidos, tão ou mais informativas do que as próprias palavras. Portanto as fontes cartorárias tornaram-se essenciais ao desenvolvimento da pesquisa histórica, num grande emaranhado que precisamos revelar. A partir daí desenvolvi um estudo acerca dos livros de notas visibilizando principalmente os escravizados, como sujeito da sua própria história, procurando perceber como os negros se articulavam em suas ações diárias (CHALHOUB, 1990, p. 235). Assim procedi à pesquisa no cartório, recuperando

aspecto da experiência dos escravos, tecendo histórias através de outra perspectiva historiográfica.

Essa documentação é riquíssima de dados, permitindo apreender e, em certos casos dimensionar aspectos diversos da sociedade santarritense, na segunda metade do século XIX.

Apesar dos donos do cartório Dourado de Azevedo desconhecerem o valor histórico, do acervo que possuem não mediram esforços em facilitar o acesso desta pesquisadora ao material, assim, ao contrário do que é comum acontecer pelos arquivos brasileiros (como não se autorizar a consulta ao acervo ou má vontade de atendimento por parte dos proprietários ou de funcionários), estes mostraram presteza e, ao tomarem conhecimento da riqueza dos livros antes abandonados, depositados numa sala em total desordem, se interessaram pela preservação de tais fontes. Como era de esperar, neste cartório inexistia acomodações para o pesquisador, tive, assim, que contar com a boa vontade dos funcionários. Mas, concordando com (BACELAR, 2005, p. 39), a aventura pelos arquivos e todo esforço deve ser recompensado por um trabalho que tende a promover um crescimento intelectual acerca do assunto.

Neste sentido, as novas abordagens procuram compreender o social como um campo de disputas e as práticas culturais como modos de produzir significados, evidenciadas nas diferentes experiências dos sujeitos históricos que viveram na sociedade escravista no Brasil. Dessa maneira, a pesquisa em curso procurará evidenciar a ação dos escravizados em um mundo marcado por mecanismos de exploração e dominação.

Os arquivos cartoriais são de suma importância para construção do saber histórico, mas correm sérios riscos de conservação, por estarem corroídos por insetos e por estar esquecido até na memória do mais antigo funcionário. Este problema de acondicionamento causa sérios problemas na catalogação e utilização dos documentos, pois por causa de seu mau acomodamento, muitas informações são perdidas, comprometendo até o entendimento do corpo do documento. O descaso provoca a desorganização, o esquecimento dos documentos acumulados, estando relegados ao abandono em depósitos desprotegidos sem segurança e tratamento adequado. Neste trabalho, foi necessário chamar a atenção dos donos do cartório para a importância dos papéis que guardavam, sendo esta matéria-prima deste objeto de pesquisa.

Os livros de notas do século XIX eram utilizados para se anotar as diversas transações econômicas que envolviam variados tipos de negócios, tratando-se dos escravos eles podiam comprados, vendidos, doados, hipotecados, alienados, legados e cedidos para usufruto de terceiros (Mattoso, 1988, p.182). Estes atos, geralmente, eram registrados nos livros apropriados pelos tabeliães e, na atualidade, tais anotações constituem importantes fontes para o estudo da escravidão. Como exemplo, pode-se citar os dados fornecidos pelas cartas de alforrias como: nome, idade, sexo, relação de parentesco e em alguns casos ocupação.

Estes distintos documentos tornam possível a reconstrução socioeconômica da Santa Rita oitocentista, e, portanto, de uma importante freguesia² da Zona da Mata paraibana, podendo se enveredar também para **história local**, que possibilitam segundo, a recuperação, da especificidade de constituição da vila e depois município e, de outro, a sua articulação no conjunto mais amplo da história paraibana.

Assim, pode-se observar que através dos dados levantados com a documentação acima citada, as transações corriqueiras registradas por um tabelião não se referiam exclusivamente à escravidão negra, mas revelam inúmeras possibilidades para a construção de uma história na Zona da Mata paraibana, relatando os últimos momentos da escravidão, procurando desvelar fragmentos do cotidiano e da memória de Santa Rita do final do Oitocentos.

O escravizado era considerado uma mercadoria de altíssimo valor para seus senhores, pois o lucro do mesmo dependia do trabalho intenso destes, por isso como objeto de grande importância, os escravos deveriam ser registrados como toda propriedade, para que de direito pertencesse a alguém. Este trabalho era feito no cartório de notas, onde tudo que fazia jus a propriedade escrava era devidamente documentado pelo escrivão e confirmado pelas testemunhas, como mostra fragmento do texto do Livro de Notas:

Escreitura de venda que faz em minhas notas o senhor Jose da Costa Cirmi e sua mulher dona Mathilde Rofina das Neves Viana de um escravo de nome Jose preto com desaceis annos de idade solteiro ao senhor Major Ursulino Cavalcanti do Rego Vasconcellos... Saibam quanto esta publica escriptura de venda que sendo no anno do nascimento de nosso senhor Jezus Chisto de oito centos e oitenta seis nesta Freguezia de Santa Rita termo da Cidade da Parahiba do Norte em meu cartório comparecerão partes presentes e aceitante e contratantes o senhor João da Costa Cirmi e sua mulher Dona Mathilde

² Freguesia se refere à divisão eclesiástica utilizada nos períodos colonial e imperial na qual se separava uma diocese da outra e definia o local de jurisdição de um sacerdote.

Rofina das Neves Viana como vendedores moradores interras do engenho Tibiri nesta Freguezia e o senhor Major Ursulino Cavalcanti Do Rego Vasconcellos morador na Freguezia de São Miguel do Taipu como comprador reconhecido de mim escrivão e das testemunhas a baixo vam declaradas e assignadas pelo próprio do que dou fé. Santa Rita, 27 de Agosto de 1886” (LIVRO DE NOTAS, 1884-1886, f. 90).

Isso mostra a forma como era selada legalmente todos os pactos, para garantir à legitimidade as transações comerciais realizadas neste estabelecimento, a exemplo da escritura de venda do escravo José. Em casos de reaver algum bem, ia se buscar a legalidade de tudo que foi registrado, recorria-se aos livros de notas dos cartórios.

Nesses livros eram utilizados para se anotar as diversas transações econômicas que envolviam variados tipos de negócios, tanto das propriedades rurais e urbanas, como os engenhos, as “partes de terra”, sítios, moradas de casa, como da propriedade escrava. Tratando-se dos escravizados eles podiam ser comprados, vendidos, doados, hipotecados, alienados, legados e cedidos para usufruto de terceiros (MATTOSO, 1988, p. 182). Estes atos, geralmente, eram registrados nos livros apropriados pelos tabeliães e, na atualidade, tais anotações constituem importantes fontes para o estudo da escravidão. Como exemplo, pode-se citar os dados fornecidos pelas cartas de alforrias como: nome, idade, sexo, relação de parentesco e em alguns casos ocupação. Lançamento de uma carta de liberdade de Silvano no dia 10 de Março de 1885.

Em meo cartório compareceu João Mamede __ Machado e disse em minha prezença e das testemunhas Belmiro Pessoa de Mello e Francisco Ferreira da silva que pelo presente por elle assignado consedia plena liberdade a seu escravo de nome Silvano solteiro matriculado na alfândega da Parahiba com numero 2991e da matricula do município 23 apresentado pela quantia de trezentos mil que de sua mão recebeo em moeda corrente do Imperio lhe da quitação de paga que de agora em diante goze como se de ventre livre tivesse nascido. Santa Rita, 10 de Março de 1885 (LIVRO DE NOTAS, 1884-1886, f. 30).

Assim, pode-se observar que através dos dados levantados com a documentação acima citada, as transações corriqueiras envolvendo escravos e senhores e registradas por um tabelião não se referiam exclusivamente à escravidão negra, mas revelam inúmeras possibilidades para a construção de uma história na Zona da Mata paraibana e de seus moradores, entre os quais os proprietários e da memória de Santa Rita do final dos oitocentos.

Na documentação cartorial pesquisada no cartório Dourado de Azevedo, localizado na cidade de Santa Rita, foi encontrado aspectos da escravidão na segunda metade do século XXI, entre os anos de 1869-1888, divididos em três livros de notas. O primeiro livro é do ano de 1869 a 1884, o segundo é de 1884 a 1886 e o terceiro e último é do ano de 1886 a 1888, no século XIX era uma das importantes freguesias da província Parahyba do Norte, com uma intensa produção açucareira, precisando de braços para o cultivo da cana-de-açúcar e fabricação do açúcar. Além disso, Cruz do Espírito Santo constituía-se como seu distrito, o que levava muitos moradores (as) deste lugar a fazer uso do cartório Dourado Azevedo, assim nos deixou registros como:

Saibam quanto este instrumento de procuração bastante especial virem que no anno do nascimento de nosso senhor Jezus Chisto de mil oitocentos oitenta aos dois dias do mês de Abril do mesmo anno nesta povoação de Cruz do Espirito Santo em casa da outhorgante perante mim escrivão e das testemunhas por Ella outhorgante foi dito que constituía como seu bastante procurado seu filho Vicente Ferreira da Cunha (LIVRO DE NOTAS de 1869-1882, Cruz do Espírito Santo, f. 62).

Nos Livros de Notas, entre os anos de 1869-1888, foram encontrados 48 registros de propriedade escrava, dando-se num total de 20 escrituras de venda, 2 cartas de liberdade, um documento de perfilhação e 25 procurações. Em porcentagem ficaria num número aproximado 42,6% dos registros de escritura de venda, aproximadamente 53,2% de procurações e aproximadamente 4,3% de cartas de liberdade. Observe no gráfico:

Gráfico 1 – Documentos com indicação de escravos, em Santa Rita – 1869-1888



Se observarmos que a freguesia de Santa Rita era uma grande produtora de açúcar, deve-se levar em consideração que foi encontrada uma pequena quantidade de registros sobre a propriedade escrava em 19 anos pesquisados. Esta escassez de trabalhadores nos livros de notas pode ser retrato da própria dificuldade dos senhores de engenho em adquirirem escravizados da África, no final da escravidão. Esses trabalhadores não chegavam a 25% da população total. Por outro lado, a freguesia detinha a forte presença de uma população escrava de origem crioula, isto é, nascida em terras brasileiras (ROCHA, 2007, p. 128). Bem como a produção de açúcar de beterraba europeu, a concorrência cubana por sua localização dos centros consumidores.

Os donos de engenhos de cana-de-açúcar não tinham técnicas adequadas para produção esse produto faltava instrumentos agrários e a mão-de-obra especializada, com uma pequena produção a um custo elevado. A falta de infra-estrutura também encarecia a fabricação do açúcar, como estradas preparadas para levar a produção faltavam um porto mais eficiente que pudesse receber grandes navios para mandar o açúcar para o exterior.

A proximidade a Pernambuco também fez com que a Parahyba dependesse economicamente das relações comerciais com Recife. Assim sem grandes investimentos nesta Província para incentivar os gêneros de exportação era mais rentável para os latifundiários um ativo comércio com Recife, mandando todos os lucros para a província vizinha.

Na segunda metade do século XIX, recorte que utilizei para esse trabalho, ocorria muitas dificuldades financeiras, que foram agravadas por vários fatores que desencadearam grave crise da mão-de-obra servil. Nos documentos arrolados do cartório Dourado de Azevedo pude comparar alguns dados com as transformações políticas e sociais do contexto histórico de 1869-1888. Entre a primeira destaca o fim do tráfico negreiro internacional, em 1850, por pressão econômica da Inglaterra que proibiu o negócio de compra de pessoas para a manutenção do trabalho.

Assim se desenvolveu Santa Rita, sobre a produção da lavoura de cana-de-açúcar, a fim de produzir açúcar para atender o mercado externo, utilizando a mão-de-obra escrava e criando o senhor de engenho uma rede de relacionamentos, onde o mesmo era o responsável por ordenar toda aquela estrutura econômica e social.

Passando sempre pelas crises que o sistema agroexportador estava condicionado, tendo dificuldades de trazer braços servís, devido à penúria que se encontrava a província da Parahyba, as fortes adversidades do clima, a falta de infra-estrutura, a não implantação de técnicas de desenvolvimento agrícola, para a concorrência com o açúcar de beterraba. Tendo ainda encontrado uma grande diminuição da mão-de-obra escrava, principalmente em 1850 com o fim do tráfico negreiro e com a demanda de escravos para o sudeste. De qualquer maneira, essa primeira pesquisa no Livro de Notas possibilitou se ter uma primeira visão sobre como se davam os negócios de escravos nos últimos anos da escravidão. Observar como os senhores e senhoras comercializavam

REFERÊNCIAS

1 – FONTE DOCUMENTAL

LIVROS de Notas dos anos de 1869-1884, de 1884-1886 e 1886-1888, Cartório Dourado Azevedo.

RAMOS, Adauto. Testamentos do Barão e da Baronesa de Marauí. João Pessoa: Plaquete, 1998.

2 – BIBLIOGRAFIA

BACELLAR, Carlo. **Fontes Documentais**: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, P. 23-79.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. – 4.

ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 7-37.

DAUMARD, Adeline; BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria e GRAF, Márcia Elisa de Campos. **História Social do Brasil**: Teoria e Metodologia. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1984.

GALLIZA, Diana Soares. **O declínio da escravidão na Paraíba** (1850-1888). João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

MATTOS, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 10 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997

ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: População, Família e Parentesco Espiritual. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Morais. **Nordeste açúcar e poder**: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba (1920-1962). João Pessoa: Grafset, 1990.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, P. *A escrita da história*: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, p. 39-62, 1992.